



Anais da Assembléia

N.º 15

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1985.

(QUARTA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados: Fiori Luiz e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Francisco Escorsin, Homero Oguido, Ivan Gubert, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Osvaldo Alencar Furtado, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Odeni Mongruel (22). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Aírton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Trajano Bastos, Werner Wanderer, Gilberto Carvalho e Wilson Fortes (35). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de quorum para aprovação da ata.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

22 Senhores Deputados responderam a chamada.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo a solicitação do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(É procedida a verificação de votação)

19 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Está aprovada a Ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja transformado em SUGESTÃO, o Projeto de Lei Complementar n.º 03/84.

Senhor Presidente.

Tendo em vista o Parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça sobre a inconstitucionalidade, quando à iniciativa, do Projeto de Lei Complementar n.º 03/84, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, a Liderança do P.M.D.B., de conformidade com o decidido em reunião de Bancada realizada nesta data, REQUER que o referido plano de lei seja retirado da Ordem do Dia e encaminhado ao chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 20.03.85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n.º 168/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 142/84, que trata da reformulação da estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, por dez (10) sessões.

Sala das Sessões, em 20/03/85.

(aa) Tadeu Lúcio Machado, Nelson Vasconcellos, Anibal Khury, Osvaldo Alencar Furtado, Dirceu Manfrinato, Homero Oguido, Márcio Almeida, Edmar Luiz Costa, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Sabino Campos, Sérgio Spada e Nilso Sguarezi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Professora Maria Izabel de Souza André, ocorrido no último dia 19 do corrente, na cidade de Jardim Alegre.

Pessoa extremamente dedicada à Igreja, ao Serviço Social e ao Ensino, residia há muitos anos em Jardim Alegre, onde era bastante estimada, admirada e respeitada por sua forma simples e carinhosa de se relacionar com as demais pessoas. Deixa viúvo o Senhor João André e 11 filhos, entre eles professores e o vereador Natal de Souza André.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do vereador Natal de Souza André, à Av. D. Pedro II, S/N, em Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 20.03.85.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, UM VOTO DE PROFUNDO PESAR, com inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento da Professora MARIA IZABEL DE SOUZA ANDRÉ, ocorrido em data de ontem, dia 19 de março de 1985, na Cidade de Jardim Alegre.

REQUER, ainda, que do presente, se dê ciência aos familiares da extinta, dirigindo-se para: Senhor JOÃO DE SOUZA ANDRÉ e Familiares - Rua D. Pedro II, n.º 258 - JARDIM ALEGRE - Pr.

Sala das Sessões, em 20.03.85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

De personalidade marcante, e sempre devotada às causas da comunidade, a Professora MARIA IZABEL, exerceu com dedicação e grande senso de responsabilidade, a Direção do Colégio Estadual "Anita Garibaldi", assumindo, posteriormente, a Direção do Colégio Estadual "Cristovão Colombo".

Sempre pensando e ajudando os menos favorecidos, fundou a ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE JARDIM ALEGRE. Como Presidente da A.P.M.I., realizou um magnífico trabalho.

A Professora MARIA IZABEL deixa um grande vácuo na comunidade Jardim-Alegrense, e quem a conheceu, guardará na lembrança a imagem daquela Professora sempre alegre e gentil, que soube cativar a simpatia e a amizade de

todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornalista Walmor Macarini, diretor do jornal "Folha de Londrina", que comemorou, no último dia 18, trinta anos de profícuo trabalho naquela empresa jornalística.

WALMOR MACARINI tem quase uma vida inteira dedicada ao jornalismo, dotado de grande inteligência e inconfundível capacidade profissional, comandando, de maneira brilhante, a equipe responsável pela redação da "Folha de Londrina", jornal que se transformou num dos mais importantes veículos de comunicação do sul do País.

Louvável, em todos os aspectos, a carreira profissional do Jornalista Walmor Macarini, que atinge, para orgulho de todos nós, a longa e invejável marca de 30 anos de louvável serviço numa única empresa, a "Folha de Londrina", que desfruta de admirável credibilidade junto à opinião pública paranaense.

Que a decisão do Plenário desta Casa de Leis seja comunicada ao ilustre homenageado, na "Folha de Londrina", em Londrina.

Sala das Sessões, em 20/03/85.

(a) ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de votos de congratulações e cumprimentos à pessoa do Senhor Prefeito Municipal de Telemaco Borba, Tranqueline Guimarães Viana, extensivo à comunidade local, pela passagem do aniversário de emancipação política daquele município, comemorada a 21 do mês em curso.

REQUER, ainda, que desta decisão seja dado ciência àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 20/03/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de elogio e cumprimentos, manifestados às pessoas do Senhor Prefeito Municipal de Tibagi, José Tibagy de Mello e ao Senhor Vereador Izidro Constantino Guedes, Líder

do PDS na Câmara Municipal de Castro, pela feliz iniciativa que marcará as comemorações alusivas à "Tomada de Monte Castelo" pelas Forças Expedicionárias Brasileiras na 2.ª Guerra Mundial, e que será levada a efeito no Município de Tibagi no dia 24 próximo, numa promoção do PROJETO INDEPENDÊNCIA, organizado e assistido pela Associação Santa Cruz, fundada pela ilustre figura do Vereador Izidro Constantino Guedes, na cidade de Castro.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dado ciência aos promotores do evento.

Sala das Sessões, em 20/03/85.

(a) ODENI MONGUREL.

JUSTIFICATIVA:

Formulamos a presente proposição, movidos pelo alto espírito cívico de que se reveste o evento, pois que de forma simbólica e conteúdo cultural acurado, traduz com toda propriedade, fato histórico da maior relevância sustentado pela F.E.B. - Força Expedicionária Brasileira, na 2.ª Guerra Mundial.

Reconstituindo momentos marcantes da "Tomada de Monte Castelo", o Projeto Independência prestará sua homenagem a vultosos históricos como o bravo soldado paranaense e herói brasileiro Max Wolf Filho, bem como encenações das tropas brasileiras e alemãs; a participação da Cruz Vermelha (enfermeiras brasileiras); a despedida dos soldados da F.E.B., em São João Del Rey; a chegada a Nápoles com armação do acampamento brasileiro, além de outros fatos, encerrando com a preparação para o último combate e, finalmente, a tomada de Monte Castelo.

O evento reunirá membros e órgãos de representação da Força Expedicionária Brasileira, como a Legião Paranaense do Expedicionário, a Associação Nacional dos Veteranos da F.E.B., de Ponta Grossa, além de diversos veículos de comunicação social da região dos Campos Gerais, dentre os quais a Radio Clube Pontagrossense, TV Esplanada do Paraná - Canal 7 e "Jornal da Manhã", de Ponta Grossa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e considerando:

I - que o povo brasileiro vem dando mostras de ceticismo ante a repetição massiva da campanha que tem título "Você trabalhou e o País mudou";

II - que a mensagem irreal e otimista ao estilo do "milagre brasileiro" forjado pela ditadura não condiz com as dificuldades que o País enfrenta, bem como a maioria dos países dependentes do FMI;

III- que o próprio Presidente João Figueiredo expressou enfaticamente seu desejo de ser esquecido pela Nação e, finalmente,

IV- que o espírito da Nova República não se coaduna com mensagens ufanistas e dissociadas da realidade nacional.

Requer à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, solicitando a imediata suspensão da referida campanha através das emissoras de rádio e de televisão de todo o País.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhada sugestão ao Presidente da República, ao Ministro de Estado da Justiça e ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, visando proporcionar medidas imediatas que sustentem a condição de Área de Segurança Nacional a todos os municípios brasileiros que ainda detêm essa situação. Também solicita que cópia do presente requerimento seja remetido ao Governador do Estado do Paraná e às Câmaras Municipais de Barracão, Foz do Iguaçu e Guaíra.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Acabamos de passar por um período revolucionário que se estendeu por 21 anos, quando o entendimento de Segurança Nacional, sob a ótica interna e sob um prisma que avaliou as condições sócio.político-econômicas no continente sulamericano exigiam que determinados pontos urbanos fossem considerados distintamente dos demais em território brasileiro, passando a constituírem as Áreas de Segurança Nacional. Ao término do regime que identificou o período revolucionário, o seu último governante, ex-Presidente João Figueiredo, decretou o fim dessas Áreas de Segurança Nacional, exceção feita a determinados municípios que ainda mantiveram essa condição, sendo Barracão, Foz do Iguaçu e Guaíra, no Paraná.

Fimdo esse período anômalo da vida republicana nacional, cabe voltar à pureza dos regimes abertos, onde o exercício

democrático exige a eleição do Poder Executivo Municipal, com mandato delegado pelo povo através do voto, deixando de se caracterizar certos agrupamentos populacionais com particularidades especiais, momento considerando-se que a Segurança Nacional cabe às Forças Armadas em qualquer circunstância e exclusivamente, ressaltando-se a participação popular na defesa da Pátria.

Complementando a abertura dada pelo ex-Presidente João Figueiredo, cabe ao atual Governo, recém empossado, dar continuidade ao processo de purificação da legislação esdrúxula que ainda vigora e promover a extensão das eleições a Prefeito nos demais municípios brasileiros, fazendo coincidi-las com as que se realizarão em setembro do corrente ano naqueles em que a situação de Área de Segurança Nacional já não é mais a condição determinante.

Particularmente, nos municípios paranaenses de Barracão, Foz do Iguaçu e Guaíra, urge a realização de pleitos eleitorais para a escolha dos Prefeitos, a exemplo do que ocorrerá nos demais, já liberados, pois suas populações vivem um clima de profunda frustração face à perspectiva de continuidade da atual situação de intervenção federal, paradoxalmente ao demonstrado por seus atuais mandatários, que tudo têm feito, inclusive aderir a partidos políticos que lhes dêem cobertura para permanecerem no cargo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em razão de ter esse Poder Legislativo aprovado em junho de 1984, requerimento, solicitando ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Estado da Cultura e do Esporte, a publicação do Inventário de Bens Culturais no Estado do Paraná, e que não foi atendido até o presente momento, julgamos inadiável exigir que se cumpra esse dever para com a coletividade.

A Comunidade tem o direito de conhecer o patrimônio público que constitui os referenciais tangíveis da sua identidade cultural e quem é responsável pela sua preservação.

Considerando o direito e o dever que tem a comunidade de participar na atuação dos órgãos governamentais que detêm a responsabilidade de proteger esses Bens Culturais.

- participando das decisões que demandem intervenção efetiva, dita de conservação e restauro, sobre esses Bens Culturais;

- fiscalizando ou denunciando a

destruição, desaparecimento, apropriação indébita, ou mau uso desse patrimônio público.

Considerando a publicação do folheto intitulado Políticas e Plano de Ação da Secretaria da Cultura e do Esporte - divulgado por ocasião do I. Fórum de Secretários da Cultura- que destaca como uma das tarefas dessa Pasta o

"Levantamento exaustivo e sistemático do acervo cultural, para inventariá-lo".

Considerando o pronunciamento do Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, através da televisão, no final do ano de 1983, que relatou as atuações dessa pasta o inventário cultural que estaria sendo realizado.

Considerando a sangria que a nossa memória cultural tem sofrido, seja pela natureza das intervenções de restauração, quase sempre inadequadas, seja pela omissão de responsabilidade ou pelos roubos frequentes, cujo resgate se torna inviável, dada a falta de documentação técnica, mínima, exigível.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, para que seja Publicado o inventário dos Bens Culturais do Estado do Paraná, realizado até a presente data, por ser a Coordenadoria do Patrimônio Cultural- unidade dessa Pasta - o órgão deliberativo e executivo da Lei 1211, de 16 de setembro de 1953, que "Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes para a criação de 5.^a a 8.^a séries na localidade de Esquina São Paulo, Município de Planalto, dando-se ciência deste requerimento à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A criação de 5.^a a 8.^a séries, na

localidade de Esquina São Paulo, município de Planalto, é um sonho que vem sendo acalentado há muito tempo pela comunidade. Além da mencionada localidade, viria atender ainda as crianças de Linha São Paulo, Santa Terezinha, Coxilha Alta, Linha Liso e arredores, somando mais de 300 alunos que já concluíram o 1.º grau.

Por outro lado, o Professor Vitorino Ostroski, daquela comunidade, um gesto humanitário e visando um futuro melhor para as crianças da região, prontifica-se em ceder 10.000 metros quadrados de terreno, para a construção da escola ora solicitada.

Assim, dentro dos parâmetros que norteiam o Governo José Richa, temos certeza de que a Secretaria de Educação se empenhava no sentido de atender o presente apelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando apoio técnico e financeiro para a execução do programa que prevê a implantação de micro-bacias e adoção do programa de manejo integrado de solo, na Municipalidade de Juranda.

Fora de qualquer dúvida que essa Secretaria de Estado da Agricultura não tem medido esforços para pôr em prática programas que estejam verdadeiramente voltados para a realidade rural deste Estado. Até então, o Paraná não tinha na Pasta da Agricultura, uma equipe que fosse efetivamente capaz de, com seriedade e determinação, implementar uma série de atividades condicionadas a atender ao meio agrícola e pastoral, visando dar um tratamento onde a meta central fosse o respeito à terra e a melhor forma de fazer produzi-la.

Dentre os inúmeros programas, que aliás existem exatamente face à visão dos diversos técnicos espalhados pelos rincões deste imenso Estado, que conseguem perceber e sentir os problemas ora relatados, enfrentados pela grande classe produtora, destacam-se o programa de micro-bacia. Este, sem dúvida alguma vem tratar de frente o problema da desagregação da camada arável da terra (solo). E, nos dias de hoje, os resultados da implantação de tal programa de micro-bacias são satisfatórios, especialmente na região de Campo Mourão, que tem sido enormemente

beneficiada.

No que diz respeito ao manejo integrado de solos, os objetivos também têm sido realmente atingidos, refletindo positivamente nos resultados referentes aos tratos culturais e de produção.

Mas, em face a própria grandiosidade dos programas com os citados, como também são imensos os problemas que existem ou ainda persistem, as falhas são até mesmo naturais. Como o que acontece na região que pertence ao Município de Juranda. De acordo com informações obtidas pelos agricultores e transmitidas a este Deputado, através do Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, quanto à implantação de micro-bacias e manejo integrado do solo, tais programas correm até mesmo o risco de não ser levados a efeito, tendo em vista a ausência de orientações técnicas por profissionais do setor, aliando-se a isto, a ausência de recursos que sejam compatíveis com a pretensão do programa, segundo ainda informa aquele Chefe do Executivo.

Diante da exposição de motivos apresentados, espera-se dessa Secretaria de Estado da Agricultura o encaminhamento de medidas no sentido da solução dos prováveis problemas ora relatados, assegurando ao Município de Juranda o apoio necessário para o setor.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da liberação de bolsas de estudos para os estudantes do Curso de Técnico em Contabilidade do Colégio Cenecista, localizado na Municipalidade de Iretama.

Grande parte dos estudantes que cursam o Técnico em Contabilidade no Colégio Cenecista de Iretama pertencem, em sua maioria, a famílias de pouco poder aquisitivo. Tal situação, no âmbito da educação, caracteriza-se pela falta de totais condições de cursar normalmente a mencionada qualificação profissional, face a já citada carência.

Esta mesma conjuntura é relatada pelo Ilustríssimo Senhor Colbert Ribeiro Dias, que é Diretor daquele conceituado estabelecimento educacional, que, neste sentido e diante do quadro de dificuldades por que passam seus alunos, está propondo que essa Secretaria de Estado da Educação

determine a realização de estudos visando as condições que se pode adotar como forma de auxiliar para que problemas de tal natureza sejam, efetivamente eliminados, afastando totalmente a possibilidade de qualquer evasão.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, consubstanciado a sugestão para que através da Secretaria de Estado da Administração, sejam providenciados estudos visando estabelecer critérios para que as transferências de funcionários públicos de igual simbologia e idênticas funções tenham maior flexibilidade nas diversas unidades, dentro dos órgãos da Administração, a que pertençam.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

Recebemos em nosso gabinete um grande número de pedidos de funcionários públicos que desejam ser transferidos de local de trabalho, por questões de distância, dificuldade de condução ou acomodação de horários. Alguns moram em um município e trabalham em outro o que causa problemas de ordem funcional e pessoal.

A simples permuta de lotação entre funcionários públicos de idênticas funções e simbologias, não altera o orçamento do Estado e vem favorecer o rendimento do desemprego profissional, por melhorar as condições de vida do trabalhador.

O crescimento acelerado e desordenado da urbe e as tendências da administração, ainda centralizada e burocrática, são adversas aos procedimentos humanistas, que consideram o indivíduo trabalhar, para melhoria da qualidade de vida.

Em função dessa aparente organização, cai a qualidade da produção.

A simples possibilidade de trabalhar mais próximo de casa favorece a vida familiar comunitária:

- Diminuindo os gastos com condução e o desgaste físico da correria e da alimentação precária;

- Tornando o indivíduo mais interessado na vida do seu bairro, fixando as lideranças locais e incentivando a ajuda mútua.

O que vem dificultando esta prática, é

o fato de ambos os funcionários interessados na permuta, necessitarem do atestado de dispensa do Diretor do estabelecimento onde estejam lotados.

Sugerimos, no caso em pauta, seja o atestado restrito à informação da função exercida, o que evitaria certas atitudes, não tão incomuns, de denominação por parte dos chefes que não concedem a dispensa, mesmo condicionada à substituição, o que fortalece o autoritarismo em detrimento ao atendimento das necessidades do funcionário e conseqüente qualidade de produção.

Tal procedimento seria acertado para a permuta de lotação, em nada interferindo ou invalidando os concursos de remoção que reputamos a maneira justa para que muitos concorram em igualdade de condições às novas vagas determinadas nos locais de maior interesse.

Por essas razões, solicitamos os estudos convenientes para que sejam conferidas as transferências de funcionários públicos, celeridade operacional, através das inscrições periódicas dos interessados para possível adequação de lotação, POR PERMUTA, bastando para tal, que desempenhem efetivamente as tarefas pertinentes às suas funções, não havendo prejuízo para nenhuma das partes.

Considerando o pronunciamento do Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, através da televisão, no final do ano de 1983, que relatou entre as atuações desta pasta o inventário cultural que estaria sendo realizado.

Considerando a sangria que a nossa memória cultural tem sofrido, seja pela natureza das intervenções de restauração quase sempre inadequadas, seja pela omissão de responsabilidade ou pelos roubos freqüentes, cujo resgate se torna inviável, dada a falta de documentação técnica, mínima, exigível.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, para que seja Publicado o inventário dos Bens Culturais do Estado do Paraná, realizado até a presente data, por ser a Coordenadoria do Patrimônio Cultural - unidade desta Pasta - o órgão deliberativo e executivo da Lei 1211, de 16 de setembro, de 1953 que "Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica no trecho de 8 Km que liga a Sede do Município de Tupãssi (PR) ao Distrito de Palmitolândia.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A ligação asfáltica entre Tupãssi e o Distrito de Palmitolândia é reivindicação de grande importância para aquela Comunidade.

O Distrito de Palmitolândia, juntamente com Tupãssi, é o maior produtor de trigo e soja por hectare do Brasil, sendo o escoamento das safras muito prejudicado pela falta do referido asfaltamento, principalmente em função de chuvas, que acarretam sérios prejuízos como perdas de cargas inteiras de caminhões que tombam em atoleiros, sem contar com os atrasos causados pelos mesmos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor WALDIR PIRES, Digníssimo Ministro da Previdência Social, ao Presidente do INAMPS e ao Superintendente Regional do INAMPS no Estado do Paraná, solicitando a transferência dos convênios Médico-Ambulatorial e Odontológico da Prefeitura Municipal de Nova Aurora (PR) para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Aurora manteve os convênios Médico-Ambulatorial e Odontológico com o INAMPS durante mais de dez anos, prestando serviços de primeira qualidade aos trabalhadores rurais da região.

No exercício de 1984, o Prefeito Municipal de Nova Aurora, AURÉLIO REGAZZO, visando apenas beneficiar-se politicamente e sem medir conseqüências, requereu para a Prefeitura aqueles convênios, os quais foram deferidos, prejudicando dessa forma os agricultores, face o atendimento

precário instalado.

Em vista do exposto, faz-se necessário que os referidos convênios retornem ao Sindicato, para que o atendimento ao trabalhador rural retome seu normal andamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, a concessão de uma viatura policial para o Município de Cândido de Abreu-Pr.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento pela necessidade comprovada e urgente, visto que o setor de Segurança daquele Município, encontra-se deficitária e assim não podendo atender às prioridades do Município.

Outrossim, fazemos a presente reivindicação, certos de poder contar com a compreensão e apoio das autoridades competentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, CARLOS COQUELHO TORREÃO DA COSTA, e ao Ministro do Trabalho, ALMIR PAZZIANOTTO, solicitando que o Município de Toledo (PR) não seja incluído na competência da futura Junta de Conciliação e Julgamento de Cascavel (PR), e conseqüentemente, a criação e instalação desse órgão da Justiça do Trabalho, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa do presente requerimento consta do documento em anexo (Requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Toledo).

JUSTIFICATIVAS:

Toledo é um Município de 100.000 habitantes, localizado em uma das regiões mais ricas do território nacional: O Oeste do Paraná.

Grande produtor agrícola, especialmente de soja, trigo e algodão, o Município destaca-se na pecuária, principalmente no setor de suínos e aves.

Não obstante, Toledo é sede da unidade industrial da FRIGOBRAS, o maior frigorífico de suínos da América Latina.

Passa o município, também, por um acelerado processo de industrialização, através das, já conhecidas nacionalmente, indústrias comunitárias, que atuam preferencialmente no ramo de couros e calçados.

Agora, está em fase de implantação uma indústria de fiação que empregará mais de 500 trabalhadores.

Também já possui acentuado destaque no município, a indústria metalúrgica e a indústria moveleira, de pequeno e médio portes, respectivamente, além de um comércio regionalmente forte e um setor bancário extremamente desenvolvido, composto de 14 estabelecimentos e 600 bancários.

Tudo isso faz com que os 3 Sindicatos de trabalhadores existentes em Toledo tenham cerca de 20.000 associados e representem um número de empregados que chega a quase 30.000 pessoas.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais representa um conjunto de aproximadamente 22.000 empregados; o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, cerca de 5.000 membros da categoria; e o Sindicato dos Empregados no Comércio representa em torno de 3.000 trabalhadores em Toledo e mais de 12.000 em sua base territorial.

Esse expressivo número de trabalhadores, somado ao crescente processo de industrialização, faz com que aumente a cada ano o número de pendências no campo da Justiça do Trabalho.

Com o desenvolvimento do capitalismo no município, aguçam-se as contradições sociais e avolumam-se as demandas judiciais entre empregadores e empregados.

Somente no ano passado, 1984, mais de uma centena, exatamente 111 reclamações trabalhistas foram propostas na Vara Cível da Comarca de Toledo, como bem comprovam as certidões em anexo.

Indubitavelmente a tendência é crescer. O número de ações trabalhistas aumentará sensivelmente nos próximos anos, porquanto todos acreditamos que com o novo Governo o País, e também Toledo, retornará ao rumo do desenvolvimento econômico.

Entretanto, há um fato que por certo virá causar enorme prejuízo aos trabalhadores de Toledo: a instalação de

uma Junta de Conciliação e Julgamento no vizinho Município de Cascavel.

Toledo, em princípio, estaria incluído na competência da futura Junta de Cascavel. Isso representa que o trabalhador que desejar pleitear seus direitos deverá deslocar-se até aquela cidade e viajar quase 100 quilômetros (ida e volta).

O prejuízo será enorme!

É certo que não bastará apenas uma viagem do reclamante ou do seu procurador. Viajará para propor a reclamação, retornará para a audiência de conciliação, voltará para a audiência de instrução, mais uma vez irá a Cascavel quando da audiência de julgamento e, em alguns casos fará a 5.^a viagem para recorrer da decisão.

A Justiça conseqüentemente, estará custando mais cara do que já custa hoje.

E sabedores somos que grande parcela das reclamatórias referem-se ao pedido de um 13.^o salário ou um período de férias não cumpridos pelo empregador. Isso representará mais despesas do que vantagens para o trabalhador toledano.

Por isso mesmo o nosso e Requerimento. A Justiça do Trabalho tem de ser de fácil acesso, barata e rápida.

Enquanto não for criada uma Junta de Conciliação e Julgamento em Toledo, solicitamos a não-inclusão do nosso Município na competência territorial de Cascavel.

Desejamos que em Toledo as reclamatórias trabalhistas continuem sob a competência do juízo Cível da Comarca.

REQUERIMENTO N.º 01/85

Data: 4 de março de 1985.

SÚMULA: Requer medidas no sentido da criação e instalação de Junta de Conciliação e Julgamento, em Toledo.

Autor: LUIZ CARLOS SCHROEDER- Vereador

Senhor Presidente.

O Vereador que este subscreve, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Câmara:

REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, sejam dirigidos expedientes, com cópia desta proposição, ao Presidente do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho e a Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, solicitando-lhes as providências cabíveis no sentido da não-inclusão de Toledo (PR) na competência da futura Junta de Conciliação e Julgamento de Cascavel e, conseqüentemente, a criação e instalação desse órgão da Justiça do Trabalho em Toledo.

REQUER, também, envio de cópias desta proposição às seguintes autoridades, solicitando-lhes apoio a esta reivindicação:

1. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.;

2. Delegado Regional do Trabalho;

3. Líderes de todos os Partidos na Câmara e no Senado Federal;

4. Secretário de Estado do Interior
Nelson Miguel Friedrich;

5. Deputado Sabino Brasil Nunes de Campos;

6. Senadores e Deputados Federais do Paraná;

7. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná;

8. Prefeito Albino Corazza Neto;

9. Presidentes dos Sindicatos de Toledo:

a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

b) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias;

c) Sindicato dos Empregados no Comércio de Toledo;

10. Sindicato dos Bancários de Cascavel.

Sala das Sessões, da
CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO,
Estado do Paraná, em 4 de março de 1985.

(a) LUIZ CARLOS SCHROEDER
Vereador

Esta é a medida correta, que apesar de não ser a Justiça especializada, torna os custos menos elevados e as decisões mais rápidas.

De outro lado, é preciso reinvidicar uma Junta de Conciliação e Julgamento para Toledo.

E ela poderia servir não apenas aos interesses dos trabalhadores de Toledo, mas de pelo menos outros municípios ainda mais distantes de Cascavel, como Assis Chateaubriand (180 Kms), Marechal Cândido Rondon (190 Kms), Santa Helena (190 Kms), Palotina (190Kms), Terra Roxa (250 Kms) e Guaíra (300 Kms), quilômetros estas consideradas as viagens de ida e volta.

Todos esses Municípios ficam bem mais próximos de Toledo.

A potencialidade econômica e o expressivo contingente de trabalhadores de Toledo, acima mencionados, e região por si só justificam a necessidade da criação e instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em nosso Município.

Acreditamos na sensibilidade dos homens ligados à Justiça do Trabalho, certos de que o trabalhador tem direito ao acesso à Justiça.

Sala das Sessões, da
CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO,
Estado do Paraná, em 4 de março de 1985.

(a) LUIZ CARLOS SCHROEDER
Vereador

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo o imediato reequipamento da Delegacia de Polícia localizada na municipalidade de Mariluz.

Ainda no final do ano passado, exatamente na época em que assumia como titular a Delegacia de Polícia, o Ilustríssimo Sr. Delegado Raimundo Ramalho do Nascimento, se deparava com diversas dificuldades, decorrentes da falta de uma melhor estrutura para aquele organismo.

De acordo ainda com relato do Delegado de Polícia, inexistem condições capazes de ser compatíveis com a realidade do município, dificultando, conseqüentemente, a própria operação da Delegacia como um todo, havendo, portanto, a real necessidade de reequipá-la, com os seguintes materiais:

- Uma máquina de datilografia;
- Seis cadeiras;
- Material de limpeza;
- Materiais para expediente;
- Uma carabina;
- Um radiotransmissor;
- Um radiotransmissor para a viatura;
- Mais uma viatura devidamente equipada.

Ademais, a preocupação quanto a necessidade de reequipar a Delegacia, não é somente por parte do seu titular, mas também do Ilustríssimo Sr. Manoel Neto de Lima, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, e do Excelentíssimo Sr. Francisco Inácio Leite, integrante da Bancada do PMDB na Câmara Municipal daquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja cascalhado, nos seus pontos mais críticos, o trecho da estrada que serve de ligação entre a municipalidade de Mamborê e a localidade de Guarani.

Aquele citado trecho de estrada se constitui como imprescindível canal de escoamento da produção agrícola da região, que aliás é o verdadeiro sustentáculo sócio-econômico. No entanto, o seu estado, quanto as condições de tráfego, são, sem dúvida alguma, muito ruins, onde em alguns trechos, inclusive, com tempos chuvosos, é impossível transitar.

Neste sentido, a Administração Municipal de Mamborê, reconhecendo tal problemática, está fazendo um apelo a essa Secretaria de Estado dos Transportes, para que essa Pasta determine o imediato cascalhamento de diversos pontos críticos da referida estrada, assim como

a constante manutenção da mesma.

Diante de tal situação, espera-se a adoção das medidas o mais breve possível, resolvendo um antigo problema, como informa o Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal Ivo Brunetta.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido da perfuração de um micropoço para a localidade de Bredópolis, pertencente à municipalidade de Janiópolis.

A comunidade que reside em Bredópolis, que aliás em muito contribui para o processo desenvolvimentista do Município de Janiópolis, tem manifestado os transtornos que vivencia exatamente pela falta de um sistema capaz de assegurar a distribuição de água.

Neste sentido, atendendo especialmente solicitação do Excelentíssimo Sr. Prefeito de Janiópolis, Neurides Valber Brero, o presente requerimento tem por finalidade que essa Superintendência e essa Secretaria de Estado do Interior, determinem a perfuração de um micropoço, pois só através de tal medida é que será possível dotar a localidade de Bredópolis, de uma estrutura verdadeiramente voltada para atender a demanda quanto ao setor de água para a população.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O motivo de nossa fala, nesta tarde, prende-se à reivindicação que a classe trabalhadora do Paraná, através do movimento sindical, e em particular as Federações de Trabalhadores do Paraná, vêm fazendo nesses dias, no tocante à futura direção da Delegacia Regional de Trabalho do nosso Estado.

Todos nós já conhecemos, de longa data, a pernicioso atuação do atual Delegado da Delegacia Regional de Trabalho do Paraná. As perseguições, as irregularidades no processo de organização sindical, que o Paraná sofreu nesses anos todos, e que teve à frente dessa Delegacia uma pessoa descomprometida com a liberdade de organização sindical, descomprometida com a melhoria das condições de vida e trabalho, da classe trabalhadora.

Neste momento, em que ao se instalar nos vários escalões o Governo Tancredo Neves, nós temos a certeza de que a responsabilidade deste encargo alertará suficientemente àqueles que, estejam no momento, tratando de definir o futuro Delegado, o nome do futuro Delegado Regional do Trabalho.

As Federações de Trabalhadores do Estado do Paraná, que reúnem o conjunto do movimento sindical paranaense, exigem, solicitam que sejam ouvidas, e que participem não só da escolha do nome, como do processo do funcionamento, com que se deve reformular a Delegacia, em particular no Paraná, que não é exceção no conjunto do País. Todos nós sabemos da real opção pelo capital que o Ministério do Trabalho sempre teve em nosso País. Hoje, com o Ministro Almi Pazzianoto à frente desse Ministério, há uma esperança de que, de fato, o Ministério do Trabalho venha a representar no contexto das disputas e das reivindicações, entre capital e trabalho, o equilíbrio e o compromisso com aqueles que realmente produzem e têm a responsabilidade pelo desenvolvimento do País.

A intervenção, portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é no sentido de endossar mas, solidarizarmo-nos com as Federações e Sindicatos de Trabalhadores do Estado, nesta sua reivindicação de que venham a participar, tenha voz na escolha do futuro Delegado Regional do Trabalho, que não se tire do bolso do colete nem para esse cargo, nem para os demais cargos e que se venha a sentir os setores organizados da sociedade paranaense para o bem da própria condução que o Governo Tancredo Neves, através desses órgãos, desempenhará no nosso Estado.

É essa nossa posição, nesta tarde, acreditando que o conjunto dos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná têm idêntica posição.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Encerrado o Pequeno Expediente. Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja usar do seu horário.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se deseja fazer o uso do seu horário.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - O Senhor Deputado Gabriel Manoel, pelo tempo necessário.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Com a palavra o Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nossa passagem por esta tribuna é apenas para alertar o momento difícil em que vive o nosso País, em que vivem as forças políticas, democráticas do Brasil, porque falam tanto em "República Nova", falam tanto na "Nova República" com o José Sarney, com o Aureliano, ex-vice-Presidente da República, com Marco Maciel. Qual é a esperança nossa? Pergunto isso particularmente às bancadas brasileiras do PMDB. Qual será a modificação da Nova República? O Paraná tem reivindicações a fazer na Nova República.

Não queria vaticinar, mas queria fazer um alerta: daqui a um ano, daqui a seis meses vamos pensar que bom

quando era a inflação 200%. Os Ministros de Estado da "Nova República" já foram aumentados de quatro milhões de cruzeiros para quatorze milhões de cruzeiros.

O filho do Presidente atual interino tem a melhor mansão de Brasília, homem que, segundo dizem, era o homem dos 10% para as faculdades retirarem no Ministério da Educação as suas verbas.

O nosso atual Presidente, homem de nosso Partido, homem que enegreceu, que derrotou, que nos levou ao caos, hoje é o Presidente da República, é dono de todos os cartórios do Maranhão.

Saibam, componentes da Bancada do PMDB, saibam nesta hora reagir, nesta hora em que todos devemos rezar para que Tancredo Neves ressurgir por um milagre brasileiro para que possa assumir os destinos da nossa Pátria. Ou então seria a vergonha, voltaríamos ao retrocesso político. E não querendo ferir nenhum Deputado da Bancada da Situação, ficaremos como estamos.

Onde estão os valorosos Deputados do PMDB, homens do Governo, que não reagem; porque não têm condições; porque a Nova República é uma fraude. Nós do PDS, sabemos perfeitamente que os traidores da Nação hoje estão mandando, Aureliano Chaves, Marco Maciel e o próprio Presidente da República interino, que é o imortal que não morre. E eu perguntaria se nós não tivéssemos vaticinado esta trama no País, o nosso Presidente da República legítimo que admiramos está agonizante, onde está a reação da Bancada Situcionista? Vamos deixar como está. Esta é a Nova República...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e discordo com Vossa Excelência em fazer um pré-julgamento em cima da Bancada do PMDB, quando não se posicionou quando Vossa Excelência fala do Vice-Presidente da República estar assumindo a Nação brasileira. Primeiro que Vossa Excelência tem conhecimento que o Presidente eleito se encontra hospitalizado. Não podemos, de forma nenhuma, tomar medidas precipitadas...

O SR. GABRIEL MANOEL - Foi o que frisei no início e Vossa Excelência, no afoitismo, não reparou, ou fez "ouvidos moucos", ao que falei, pedindo a Deus que voltasse o nosso Presidente, para que os traidores tivessem o seu lugar...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência cortou o aparte que me deu e não deixou que eu concluísse...

O SR. GABRIEL MANOEL - Não deturpe os fatos. No começo, eu pedi a Deus...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não estou deturpando...

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência "misturando alhos com bugalhos". Como dizia o nobre Deputado Alencar Furtado: "misturando caçada de tatu com serenata". Pode prosseguir.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Gostaria que Vossa Excelência me permite concluir. Talvez Vossa Excelência não

tivesse entendido o meu raciocínio.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sou burro, desculpe...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não. Não é isto que quis dizer.

Admiro Vossa Excelência. Acho-o um brilhante Parlamentar. Quando Vossa Excelência ocupa esta tribuna sentimos que existe entre os Deputados um anseio de ouvir Vossa Excelência. Não só de nós, Deputados, mas como o povo do Paraná, que Vossa Excelência representa.

Dizia a Vossa Excelência que estamos aguardando o estado de saúde do Presidente Tancredo Neves...

O SR. GABRIEL MANOEL - Se Deus quiser há de ser bom, para o bem do Brasil.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência hoje diz que está lutando na sua consciência, pedindo a Deus um breve restabelecimento.

Quando Vossa Excelência anteriormente defendia a candidatura de Paulo Maluf e que hoje...

O SR. GABRIEL MANOEL - Sou "malufista" autêntico. Senhor Presidente, eu queria cortar o aparte do Deputado Manfrinato...

O Sr. Dirceu Manfrinato - E Vossa Excelência confessa hoje que a esperança do Brasil está realmente no Presidente que elegemos, que é o Doutor Tancredo Neves.

O SR. GABRIEL MANOEL - Presidente, queria que o Deputado Manfrinato cessasse. "Que cesse tudo o que a antiga musa canta".

Vossa Excelência não tem mais aparte. Sou "malufista", não nego. Como sou "canetista", que não nego também. Agora, é que na hora "da onça beber água", Vossa Excelência calou-se. Por que não fala agora da República Nova? Por que não fala nos dez milhões a mais para os Ministros de Estado? Por que não fala da barbaridade que está acontecendo nesta República sem dono? Por que não pede a Deus, em sua infinita misericórdia, para que o Presidente Tancredo Neves fique bom e assuma o comando desta Nação? Por que não fala? Vossa Excelência vem com subterfúgio...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Se Vossa Excelência me conceder o aparte, eu falo...

O SR. GABRIEL MANOEL - Vá à tribuna e defenda o Governo de José Sarney.

Vá à tribuna e defenda os dez milhões a mais que deram aos Ministros; vá à tribuna e defenda o arrocho que eles vão fazer, inclusive, o arrocho salarial; vá à tribuna e diga algo da República Nova, consulte os seus assessores.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vou explicar a Vossa Excelência se a austeridade começou ou não. O Carneiro já está com a prisão preventiva decretada.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, eu queria que descontasse o tempo porque o homem está impossível hoje.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não estou impossível. Sinto-me honrado em debater com Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL - Errar é humano e perdoar é divino.

Vossa Excelência errou não tem condições morais de vir à tribuna defender um governo que começou errando.

Nós votamos em Paulo Maluf; somos Paulo Maluf e não negamos; somos do PDS e não negamos. Quando o PDS erra nós nos curvamos e não defendemos o indefensável como Vossa Excelência está fazendo, nobre Deputado. Vossa Excelência é um líder autêntico. Perdoe-me se discordo, mas Vossa Excelência sabe que a Nação está indo para o caos.

Vossa Excelência sabe que o Governador de Vossa Excelência é a metade do Maranhão, pois pertence a ele. Aproveitou 21 anos da revolução. Este é o Governo que Vossa Excelência fala da República Nova.

O filho dele tem a maior mansão de Brasília.

O Dirceu Manfrinato - Estou falando de Tancredo Neves. Vossa Excelência está confundindo.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência está confundindo "caçada de tatu com serenata".

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gabriel Manoel, nós estamos na Nova República infelizmente sem a presença do homem que foi eleito pelo Colégio Eleitoral, a quem todos nós respeitamos pelo seu passado político, pela sua tradição, até mesmo pela sua honradez. Acredito que Vossa Excelência contra Tancredo Neves, a exemplo de nós todos, não temos nada.

Entretanto, por ironia do destino, caiu rapidamente sobre os homens do PMDB. Lutaram 20 anos por mudanças e foram no dia 15 de março empossar um revolucionário de 20 anos.

E um Deputado de Pernambuco retratou muito bem dizendo que a ironia naquele momento era tão grande que eles estavam empossando não o revolucionário, porque para ele todo revolucionário é guerrilheiro, estava empossando um guerrilheiro na presença de outro que é o Presidente da Nicarágua.

Então, veja, Sr. Deputado Gabriel Manoel a ironia do destino, nós temos que até aplaudir o PMDB pelo sofrimento deles. Lutaram, lutaram e empossaram o maior inimigo que eles tinham.

O SR. GABRIEL MANOEL - Agradeço o seu aparte e queria dizer mais uma vez, Deputado Manfrinato, que admiro e considero como grande Parlamentar que "quem te viu e quem te vê", é o adágio popular. Quem te viu falando mal do Sarney; quem te viu falando mal do Antoninho Malvadeza que roubava e espulhava o povo do Nordeste e

agora, Vossa Excelência vem defender o indefensável. Por quê?

O Sr. Antonio Belinati - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Para lembrar, nobre Deputado Gabriel Manoel, que o cidadão José Sarney nem nasceu. José Sarney não nasceu. O nome dele na verdade, o atual Presidente Interino do Brasil, é o Dr. Ribamar; é o Dr. José Ribamar Costa.

Vossa Excelência conseguiria explicar por que esta mudança de Ribamar para Sarney?

O SR. GABRIEL MANOEL - Deputado Belinati, agradeço

Vossa Excelência mas o homem que nega o seu próprio nome, o homem que nega, como negou o nosso Partido e traiu o Presidente Figueiredo que nós havemos de ter lembrança, porque vamos pensar no fim do ano, Deputado.

Vossa Excelência prossiga, por favor.

O Sr. Antonio Belinati - Só para complementar, nós

temos o caso do nosso companheiro Fiori Luiz, que acrescentou o nome Fiori Luiz ao seu nome, com razão, porque famoso narrador esportivo que era, no começo da sua carreira era comum, o cidadão ia trabalhar em rádio, quando chegava, o superior escolhia um nome para o repórter, repórter policial ou repórter esportivo, isso era natural no rádio, na própria televisão, isso é admissível e a gente entende e para o profissional do rádio ou da TV, depois ir disputar uma eleição, até confunde o eleitorado, fica difícil, porque está conhecido no rádio ou na televisão com aquele nome, como o caso de Fiori Luiz, mas me parece que no caso do Sr. Sarney, ele nunca foi narrador de futebol, pelo menos eu não tenho conhecimento que algum dia ele tenha trabalhado narrando futebol, que tenha obrigado a mudança do seu nome ou acrescentar o Sarney no seu nome.

O SR. GABRIEL MANOEL - Agradeço, Deputado Belinati, a Vossa Excelência, ao Deputado Tércio Albuquerque e ao próprio Deputado Manfrinato, meu amigo particular que goza sempre da minha amizade e eu gozo da dele.

Mas ele está defendendo, Deputado Belinati, uma coisa que eles atacavam ontem, isso chama-se amnésia.

Amnésia, Deputado Manfrinato, de sua bancada, quando atacavam o Governo, inclusive esse tal de Sarney que fazia parte do Senado, fazia parte, infelizmente, da nossa Bancada.

Foram os homens que Vossa Excelência não tem força moral para defender, como pode misturar alhos com bugalhos?

Como pode misturar o azeite com a água? São incompatíveis, sabe bem Vossa Excelência, na minha maneira rude de interpretar as coisas. Com todo respeito, Deputado Manfrinato, que tenho por Vossa Excelência, mas Vossa Excelência perdeu a oportunidade de se calar, perdeu a oportunidade de ficar quieto.

Pergunto a Vossa Excelência, Deputado Manfrinato, que força moral Vossa Excelência tem para defender esta República Nova, com José Sarney, Aureliano Chaves, com Marco Maciel e com toda esta caterva?

Vossa Excelência tem o aparte rápido, curto e grosso.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Muito obrigado, ilustre Deputado.

Acho que a princípio Vossa Excelência está fazendo uma mera confusão. Primeiro que Vossa Excelência não pode testemunhar que este Deputado defendeu o atual Presidente da República, em algumas vezes. Vossa Excelência como Parlamentar que é, já por vários mandatos nesta Assembléia Legislativa, eu que sou debutante, mas acho que com a experiência que Vossa Excelência possui, não deveria usar os termos que usou desta tribuna, atacar o atual Presidente da República, que acima de tudo a Constituição (vozes sobrepostas).

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência quantas e quantas vezes não atacou aquele sistema? Vossa Excelência não pode defender o homem que Vossa Excelência atacou ontem. Temos que ter força moral.

Não quero discurso paralelo, Deputado, porque a honradez do Deputado, do homem público, é de se conservar onde está. Nós atacamos, muitas vezes, o Presidente que está doente, mas hoje reconhecemos que o Brasil precisa dele, que o Brasil precisa de Tancredo Neves, como precisa de Paulo Maluf.

Agora Vossa Excelência está parecendo, permita-me, não me queira mal, como "Maria vai com as outras". Vossa Excelência está puxando saco de homens que não merecem, o cesteiro que faz um cesto, faz um cento, nobre Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Não tenho esta qualidade, nobre Deputado. O meu posicionamento político é um posicionamento sério, não tenho compromisso com ninguém, a não ser com aqueles que me elegeram.

Vossa Excelência está falando inverdades nessa tribuna. Vossa Excelência não sabe o meu posicionamento. Vossa Excelência sabe perfeitamente que me dediquei à campanha do Sr. Tancredo Neves, e não permito que Vossa Excelência venha me dizer que não tenho conduta política.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência tem conduta política muito louvável.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Se Vossa Excelência não tem condições de manter um diálogo através da tribuna, não venha me agredir, nobre Deputado, se não tem conhecimento de causa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Manfrinato,

Vossa Excelência extrapolou. Veja as notas taquigráficas de que Vossa Excelência falava na Velha República, agora vem Vossa Excelência a defender, a rastejar, Deputado, eu talvez nem volte mais nesta Casa, mas a minha conduta, como a sua conduta deve ser uma só, Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo um minuto para concluir sua oração.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Vossa Excelência podia me informar o Horário da Liderança

quantos minutos são.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa. O Horário da Liderança, agora, com a presença do Partido da Frente Liberal, ficou para vinte minutos às Lideranças. É uma hora, dividido pelas Lideranças, como são três, equitativamente, vinte minutos para cada Bancada.

O nobre Deputado Gabriel Manoel já usou seus vinte minutos. A Mesa concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Presidente.

Então, Deputado Manfrinato, não me queira mal, porque Vossa Excelência, apesar que o Presidente não descontou a ingerência indébita do seu pronunciamento. Da ingerência que Vossa Excelência fez, mas democraticamente eu penso nas frases de Jesus: Errar é humano, perdoar é divino.

Mas não continue defendendo José Sarney. Os seus eleitores nesta hora estão a pensar que Vossa Excelência está claudicando.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 22 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, com sede no Município de Pato Branco. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem)

Retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Retirados todos os pedidos. Está aprovado o Projeto de Lei n.º 170/84.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/84, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 142/84, que objetiva reformular a Estrutura dos Serviços Administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências. Com Pareceres da C.C.J., C.F. e C.R.H., Favoráveis ao Substitutivo Geral apresentado pela C.C.J. e com Emenda da C.R.H., por unanimidade. (ANEXO: Mensagem n.º 56/85, de 11/03/85, do Excelentíssimo Sr. Governador com a Mensagem Aditiva ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 168/84, reiterando a apreciação da matéria). (Publicado no D.A. n.º 65, de 01/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 168/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 142/84, o Projeto de Lei 168/84, objetiva reformular a estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como promover alterações em seu quadro de pessoal efetivo e adotar providências correlatas.

A matéria, indiscutivelmente, é de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, incluída que está entre as competências que lhe são atribuídas pelo Art. 47 da Constituição Estadual. Sob este aspecto, portanto, nada há que se possa objetar.

Quanto ao mérito, no entanto, verifica-se que o mencionado projeto, ao reformular a estrutura administrativa do Tribunal de Contas, o faz de maneira tão pronunciada que poderia, eventualmente, acarretar distorções no próprio funcionamento daquele Egrégio Tribunal. Merece, por consequência, um exame mais acurado e detalhado por parte do próprio Tribunal de Contas, do Executivo e deste Legislativo.

Nestas condições, não se podendo negar àquele órgão um justo anseio de modernização de sua estrutura administrativa, opinamos pela aprovação, na forma do substitutivo que anexamos.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ANIBAL KHURY — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI N.º 168/84

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, passa a ser o constante do Anexo I, da presente lei.

Art. 2.º — A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II, com as respectivas correlações de enquadramento

Art. 3.º — Os cargos constantes do Anexo II, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta lei, com as respectivas denominações, classe, referência e percentuais de vencimentos.

Art. 4.º — Os cargos de provimento em comissão, previstos no Anexo II, da Lei n.º 7077, de 03 de janeiro de 1979, atualmente pertencentes à simbologia DAS-4, passam a pertencer à simbologia DAS-3.

Art. 5.º — Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas a Diretoria de Recursos Humanos, a Diretoria de Comunicações e Relações Públicas e as Coordenadorias de Processamento de Dados, Engenharia, Ementário e Jurisprudência e Assistência ao Plenário.

Parágrafo único. Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal, 02 (dois) cargos em comissão de Diretor, símbolo DAS-3 e 04 (quatro) cargos de Coordenador, símbolo DAS-4.

Art. 6.º — Os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas serão fixados para cada classe com base no vencimento do cargo de Técnico de Controle TC-I-Classe A-Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo I, desta lei.

Parágrafo único. O vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I — Classe A — Referência I, é fixado em Cr\$ 677.348 (seiscentos e setenta e sete mil e trezentos e quarenta e oito cruzeiros).

Art. 7.º — O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% (dois por cento) na referência II, 4% (quatro por cento) na referência III e 6% (seis por cento) na referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I — Classe A — Referência I.

Art. 8.º — A elevação do funcionário à referência ou à classe imediatamente superior àquela que pertencer, dentro da mesma série de classe, bem como o ingresso na inicial, será regulamentada por ato do Tribunal, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da presente lei.

Art. 9.º — Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, 22 (vinte e dois) cargos de Consultor Técnico, com vencimentos fixados no percentual de 106% (cento e seis por cento) do valor fixado no parágrafo único do art. 6.º.

Art. 10 — O art. 15, da Lei n.º 7077/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 — À Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos compete, basicamente, as atividades de assessoramento jurídico e assistência básica em assuntos especializados relacionados às áreas de Economia, Direito, Contabilidade e Administração, e será dirigida por um Diretor, símbolo DAS-3”.

Parágrafo único. Ficam mantidas as demais disposições da Lei 7077, de 03 de janeiro de 1979 e 7665, de 28 de outubro de 1982, que não conflitem com o disposto nesta lei.

Art. 11 — Fica incluído na Tabela II, do Anexo V, da Lei n.º 7665/82, o cargo de Consultor Técnico, pelo mesmo valor concedido ao cargo de Técnico de Controle.

Art. 12 — Ficam extintos os cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Serviço, código TC-AD-302, níveis 17 e 18, previstos no Anexo III, da Lei n.º 7665/82.

Art. 13 — Fica transformado um cargo de provimento efetivo de Oficial de Controle, Código TC-AM-200, nível 9, em um cargo de provimento efetivo de Médico, Classe A, Referência I, este já previsto no Anexo II, ficando resguardado ao ocupante daquele cargo o direito de optar pelo novo, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que comprove ter o nível profissional

exigido para o mesmo.

Art. 14 – Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas 14 (catorze) Funções Gratificadas, símbolo 1-F, correspondentes a Chefe de Divisão que serão instituídas por ato do Presidente, de acordo com a necessidade dos serviços.

Art. 15 – Fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos no Quadro Próprio do Tribunal de Contas, mediante Decreto e sob proposta do Tribunal, desde que esta transformação não implique em aumento de despesa.

Art. 16 – As despesas com a execução desta lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 17 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente
ANIBAL KHURY – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 168/84

PARECER:

A intenção do projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n.º 142/84, é reformular a estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como promover alterações em seu quadro de pessoal efetivo e adotar providências correlatas.

Objeto de apreciação pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a presente proposição mereceu receber o indispensável parecer favorável, porém com ressalvas, consubstanciadas em um Substitutivo Geral.

No que deve esta Comissão de Finanças opinar, é válido evidenciar o elevado mérito das medidas propostas, que visam a modernização administrativa daquele Egrégio Tribunal de Contas, que lhe permitam um melhor desempenho de suas funções fiscalizatórias. Além do mais, o artigo 17 do Projeto de Lei - artigo 16 do Substitutivo Geral da C.C.J., - fixa que as despesas com a execução desta lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Neste sentido, e considerando que a origem da proposição assegura o prévio exame acerca dos recursos necessários à sua implantação, achamos oportuno manifestar o nosso parecer favorável ao referido projeto de lei, porém na forma proposta pela C.C.J., conforme Substitutivo supracitado.

É o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente
EZEQUIAS LOSSO – Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 168/84

PARECER:

O Projeto de Lei n.º 168/84, originou-se da Mensagem Governamental n.º 142/84, e tem como objetivo a reestruturação dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, promovendo, inclusive, alterações em seu Quadro de Pessoal Efetivo.

Examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável, não lhe sendo imputado qualquer vício de natureza constitucional ou legal, tendo sofrido, contudo, alterações na forma do substitutivo apresentado.

Do exame da matéria, somos obrigados a concluir que comungam com o parecer do relator anterior, com único reparo: no Art. 9.º, do Substitutivo apresentado por aquela douta

Comissão, não constam os critérios para o preenchimento dos cargos ali criados, motivo pelo qual apresentamos a emenda anexa que tem por objetivo, obedecendo ao espírito do que conta na mensagem original, dirimir quaisquer pendências que possam futuramente surgir sobre a matéria.

Nestas condições, incluída a emenda acima referida, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL – Presidente e Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 168/84 –
E M E N D A

Ao Art. 9.º do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, acrescente-se o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. Os cargos de Consultor Técnico de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, obedecidos os critérios de desempenho funcional, formação profissional e tempo de serviço”.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL – Presidente e Relator

APOIAMENTO: Augusto Carneiro, Edgard Pimentel, Ezequias Losso e Ferrari Júnior.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado, Nelson Vasconcellos, Anibal Khury, Osvaldo Alencar Furtado, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 168/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 142/84, que trata da reformulação da estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) - Queria que Vossa Excelência procedesse a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa irá colocar em votação este requerimento e, após, Vossa Excelência poderá solicitar a verificação de votação. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito à Mesa que informe o signatário do presente requerimento e, em seguida, proceda à verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) (Lê os nomes dos Senhores Deputados subscritores do requerimento).

O SR. GILBERTO CARVALHO - Obrigado, Senhor Presidente. Retiro também o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Retirado o pedido . . .

O SR. GABRIEL MANOEL - Retiro também, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Retirado. (Está aprovado o requerimento). Fica portanto,

adiada a discussão do Projeto de Lei n.º 168/84 por dez 10 (dez) sessões.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 211/84, de autoria do Senhor Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de Utilidade Pública a "REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER", com sede no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 211/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER, com sede no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

A Rede Feminina de Combate ao Câncer, mantida pela Rede Feminina da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, com sede no Município de Ponta Grossa, se constitui numa sociedade civil, de cunho filantrópico, e tem por finalidade difundir conhecimentos gerais sobre o Câncer e sua prevenção. Mantém para tal fim, um serviço periódico, e gratuito de prevenção ao câncer ginecológico, com meios, os mais adequados (consultórios, médicos e pessoal administrativo) em bairros da cidade.

O ingresso à Rede é facultado àqueles que, na qualidade de contribuintes, prestam seu apoio financeiro e material a essa entidade, que desde sua fundação, em maio de 1956, vem desempenhando papel da maior importância junto à comunidade pontagrossense.

Mensagem 56/85

Curitiba, 11 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Através da Mensagem n.º 142/84, de 13 de julho de 1984, encaminhei a essa Augusta Casa de Leis, anteprojeto de lei objetivando reformular a estrutura administrativa do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências. Tal proposição teve origem em expediente que me foi encaminhado pelo então presidente daquela Corte de Contas.

Atendendo ponderações do Conselheiro Armando Queiroz do Moraes, atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado, no sentido da necessidade de reexame da medida, solicitei a essa Casa de Leis, via Mensagem n.º 1/85, a restituição da matéria, que já havia sido convertida em Projeto de Lei sob n.º 168/84, conforme Substitutivo apresentado pelo Relator Deputado Aníbal Khury, da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado, também, pelas Comissões de Finanças e de Recursos Humanos.

A anexa cópia autêntica do Ofício n.º 233/85, de 06 do corrente mês, da Presidência do Egrégio

Tribunal de Contas, consubstanciando o resultado da nova análise procedida, adota os termos do supracitado Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com algumas alterações conforme menciona, todas simplesmente visando atualização ou melhor explicitação de dispositivos do Projeto e, portanto, não implicando, a rigor, em alterações de vulto.

Assim, Senhor Presidente, tenho a honra de fazer retornar o assunto a essa Augusta Casa de Leis, para seguir normal tramitação, na forma do Projeto de Lei n.º 168/84, mantidos os respectivos anexos e com as sugestões da Presidência do Tribunal de Contas, conforme seu Ofício n.º 233/85.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Curitiba, em 06 de março de 1985.

Of. n.º 233/85

Excelentíssimo Senhor Governador.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a inclusa minuta de Mensagem Aditiva em que se propõe alterações de dispositivos do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 168/84, de autoria do nobre Deputado Aníbal Khury, já aprovado pelas Comissões regulamentares da Assembléia Legislativa do Estado.

Em sentido geral, as modificações foram as seguintes:

Art. 6.º -

Parágrafo Único - O vencimento mensal do cargo técnico de Controle TC - I Classe A - Referência I é fixado em Cr\$ 1.185.359 (um milhão cento e oitenta e cinco mil e trezentos e cinquenta e nove cruzeiros).

A nova redação do parágrafo objetivou, tão somente, atualizar os valores anteriormente estabelecidos no texto primitivo, para deixá-los de acordo com as tabelas vigentes.

Art. 9.º -

Parágrafo Único - Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas por ato do seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

A redação ora proposta visa a proporcionar maior objetividade e clareza de entendimento quanto à forma de a Presidência do Tribunal de Contas baixar os atos necessários ao preenchimento das vagas, em se considerado que a redação do Substitutivo Geral é omissa quanto à maneira de provimento.

Art. 10 -

Parágrafo 1.º - Para os efeitos do caput deste artigo, fica criado 01 (um) cargo de Diretor da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos, símbolo DAS - 3.

A redação dada pelo Substitutivo Geral, embora afirme que a Diretoria seria dirigida por um Diretor, símbolo DAS - 3, não deixa clara a criação do respectivo cargo.

Cabe salientar, também, que o Parágrafo Único do artigo 15, com a nova redação que lhe dá o artigo 10 do Substitutivo Geral, passa a ser Parágrafo 2.º.

Tais transformações, Senhor Governador, são essenciais ao aperfeiçoamento do texto original, não importando em alterações substanciais no meu modelo primitivo, nem configura despesas

que não estivessem implicitamente contidas na mensagem inicial.

Anexo, segue, igualmente, a forma pela qual as modificações passariam a integrar a redação final do Substitutivo.

Ante o exposto, rogo a Vossa Excelência o encaminhamento do expediente àquela Augusta Casa de Leis, em cumprimento aos preceitos constitucionais erigidos para a espécie e indispensável à complementação do processo legislativo pertinente.

Na oportunidade, reafirmo a Vossa Excelência expressões de destacado apreço.

(a) ARMANDO QUEIROZ DE MORAES

Presidente

**MENSAGEM ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 168/84**

Art. 6º —

Parágrafo Único — O vencimento mensal do cargo de Controle TC — I — Classe A — Referência I é fixado em Cr\$ 1.185.359 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil e trezentos e cinquenta e nove cruzeiros).

Art. 9º —

Parágrafo Único — Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas por ato do seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

Art. 10 — o artigo 15 da Lei nº 7.077/79 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 — A Assessoria Técnico - Jurídica fica transformada em Diretoria e a esta compete, basicamente, as atividades de assessoramento jurídico e assistência técnica em assuntos especializados relacionados às áreas de Economia, Direito, Contabilidade e Administração, e será dirigida por um Diretor, símbolo DAS - 3”.

Parágrafo 1º — Para os efeitos do “caput” deste artigo, fica criado 01 (um) cargo de Diretor da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos, símbolo DAS - 3.

Parágrafo 2º — Ficam mantidas as demais disposições da Lei nº 7.077/79, de 03 de janeiro de 1979 e 7.665/82, de 28 de outubro de 1982, que não conflitem com o disposto nesta Lei.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 211/84**

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Odeni Mongruel, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Rede Feminina de Combate ao Câncer”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Convertido em diligência o processo foi devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria — Lei nº 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua aprovação;

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
NELSON BUFFARA — Relator.

do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública o “CENTRO PRESBITERIANO DO BEM - ESTAR DO MENOR - CEPRESBEM — com sede e foro em Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado. (Publicado no D.A. 91, de 20/09/84).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 237/84**

P A R E C E R :

De autoria do nobre Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano do Bem Estar do Menor — CEPRESBEM, com sede e foro em Foz do Iguaçu.

Da análise, concluímos que o projeto em apreço, está em perfeita consonância com o que determina a Lei.

Assim sendo, somos pelo parecer FAVORÁVEL. É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA — De requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado FUAD NACLI, solicitando 15 (quinze) dias para tratamento de saúde, a partir de 18 do corrente mês. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Nílso Sguarezi) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr.

Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja transformado em sugestão o Projeto de Lei Complementar nº 03/84. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nivando Antonio Simionato, ocorrido no dia 19 de março do corrente ano, no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Semiguen, ocorrido no dia 11 de março do corrente ano, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivo Leão Filho, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Maria Izabel de Souza André, ocorrido no dia 19 de março do corrente ano, no Município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Maria Izabel de Souza André, ocorrido no dia 19 de março do corrente ano, no Município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a conclusão da rodovia conhecida por Estrada Boiadeira, no trecho

entre Campo Mourão e Porto Camargo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, interligando os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, localizado nas proximidades de Porto Camargo, em sua margem esquerda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a implantação de ferrovia ligando os Municípios de Cianorte e Guaíra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a recuperação do acostamento da Rodovia Ponta Grossa—Curitiba, trecho Ponta Grossa — Spréa, bem como a implantação da terceira faixa nos principais aclives existentes no mesmo trecho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos irmãos Silvío e Euzébio Batista Rosas, do Município de Ponta Grossa, pelo trabalho que vem realizando em sua propriedade, no Boqueirão, divisa de Ponta Grossa com Castro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento do trecho de estrada que serve de ligação entre o Município de Mamborê e a localidade de Guarani. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma quadra de esportes para a Escola Estadual Osvaldo Cruz — Ens. de 1.º Grau, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a ampliação de cota de combustível, assim como a destinação de um aparelho de telefonia para a Delegacia de Polícia do Município de Fênix. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo avaliar as condições da água atualmente distribuída para a população do Distrito Administrativo de Rancho Alegre, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Governador do Estado, encarecendo uma tomada de posição com vistas à

situação indefinida em que se encontram os funcionários do Banco Sulbrasileiro, frente a notícias de liquidações extrajudicial do referido Banco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Bromado, situado entre as localidades de Fartura e Marumbi, no Município de Morretes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, encarecendo consulta ao Governo do Estado de Goiás, com vistas à destinação de 20 por cento do valor da comissão para pela venda de seguros a órgãos e empresas estaduais, para reforço orçamentário das Entidades Assistenciais do Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, para que o mesmo determine junto à CAFE DO PARANÁ, a instalação de um posto daquele órgão no Município de Jandaia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo determine junto ao IPE, a implantação de uma agência do mesmo no Município de Santo Inácio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde na localidade de Água Amarela, Município de Grandes Rios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Campineiro do Sul, Município de Grandes Rios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde na localidade de Rio Branco, Município de Grandes Rios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a contratação de um médico para o Posto de Saúde do Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento do trecho da PR - 453, compreendido desde o Distrito de São José, Município de Jandaia do Sul, passando por

Marumbi e Kaloré, até a Ponte sobre o Rio Bom, na divisa dos Municípios de Kaloré e Borrazópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironidi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do trecho que liga a PR - 170 (Rodovia Rolândia a Porecatú), no Distrito de São Martinho com a PR - 218 (Rodovia Arapongas a Astorga), via Distrito de Pitangueiras, no Município de Rolândia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Tibagi. **Aprovação.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Ministro-Chefe da Casa Civil, visando proporcionar medidas imediatas que sustentem a condição de Área de Segurança Nacional a todos os municípios brasileiros que ainda detêm essa situação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a concessão de uma viatura policial para o Município de Cândido de Abreu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro das Comunicações, encarecendo a suspensão da campanha "Você trabalhou o país mudou", através das emissoras de rádio e de televisão de todo o país. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Walmor Macarini, diretor do jornal "Folha de Londrina", que comemorou 30 anos de trabalho naquela empresa jornalística. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um micropoço na localidade de Bredópolis, Município de Janiópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação encarecendo a liberação de bolsas de estudos para o Curso de Técnico em Contabilidade do Colégio Cenecista, no Município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo apoio técnico e financeiro para a execução do programa de manejo integrado de solo, no Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a conservação da estrada que liga

o Município de Campina da Lagoa ao seu Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o reequipamento da Delegacia de Polícia do Município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de elogio e cumprimento aos Srs. Prefeito de Tibagi e Vereador Izidro Constantino Guedes, pela iniciativa que marcará as comemorações alusivas à "Tomada de Monte Castelo", pelas Forças Expedicionárias Brasileiras na 2ª Guerra Mundial. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Telemaco Borba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Previdência Social, Presidente do INAMPS e Superintendente Regional do INAMPS no Estado do Paraná, encarecendo a transferência dos convênios médico-ambulatorial e odontológico da Prefeitura Municipal de Nova Aurora para o Sindicato dos trabalhadores Rurais daquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio

de expediente aos Srs. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Ministro do Trabalho, encarecendo para que o Município de Toledo não seja incluído na competência da futura Junta de Conciliação e Julgamento de Cascavel, e conseqüentemente, a criação e instalação desse órgão da Justiça do Trabalho no Município de Toledo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica no trecho de 8 Km, que liga a sede do Município de Tupassí ao Distrito de Palmitolândia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria da Administração, a desburocratização das transferências de funcionários públicos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação de 5ª e 8ª séries na localidade de Esquina São Paulo, Município de Planalto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a publicação do Inventário de Bens Culturais no Estado do Paraná, e que não foi atendido até o presente momento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando licença de 15 dias para tratamento de saúde. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 211/84, 237/84.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 177/84, 251/84 e do Projeto de Resolução n.º 20/84.

Marca ainda, uma sessão extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 07/84, 112/84 e 305/84.

Levanta-se a sessão.